



Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

8.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 35.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1.988
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Alexandre Ceranto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artação Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezéquias Losso, Germote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausente o Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira (01). Achando-se em licença o Sr. Deputado Cândido Bastos (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 73/88

Curitiba, 12 de maio de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao município da LAPA, o imóvel rural medindo 6.050,00 m², situado no lugar denominado Rozeta Quarteirão Lagoão, havido pelo estado conforme transcrição nº 31.368, no livro 3 AG, do Cartório de Registro de Imóveis da Lapa.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, no imóvel a ser doado, o Município da Lapa irá, segundo esclarecimentos prestados pelo Sr. Prefeito, através do Ofício nº 055/88, de 21 de janeiro de 1988, instalar um miniposto de saúde para atendimento da Comunidade Rural da localidade.

Vale destacar que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência fique gravado com a cláusula de inalienabilidade e que reverta ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 140/88

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Lapa, o imóvel rural medindo 6.050,00 m², situado no lugar denominado Rozeta Quarteirão Lagoão, transcrito sob o nº 31.368, no Livro 3 AG, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2.^o - O imóvel objeto da doação de que trata esta lei, fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e será destinado à instalação de miniposto de saúde.

Art. 3.^o - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao Patrimônio do Estado.

Art. 4.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 74/88

Curitiba, 12 de maio de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza

o Poder Executivo a doar ao município de GOIOERÊ, os lotes de terreno sob n° 05, 06, 12 e 13, da Quadra 63, da Planta Geral da sede daquela municipalidade, havidos pelo Estado conforme transcrição n° 2.785, do livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, e configura-se justo, oportuno e necessário, porque sobre os questionados lotes de terreno não há previsão de utilização por órgãos estaduais, e pelo fato de o Município de Goioerê já estar ocupando os mesmos nas instalações do Departamento Municipal de Obras e de um albergue noturno.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI N° 141/88

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Goioerê, os lotes de terreno sob n° 05, 06, 12 e 13, da Quadra 63, da Planta Geral da sede daquela municipalidade, objeto da transcrição n° 2.785, Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSIÇÃO N° 071/88

Proposta de Emenda Constitucional

Art. 1° - O art. 107 da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 107 - O número de Vereadores, sempre ímpar, será alterado automaticamente em cada Legislatura, de acordo com o total de eleitores inscritos no Município até a data prevista para o encerramento do alistamento eleitoral, de acordo com o disposto na Lei Orgânica dos Municípios."

Sala das Sessões, em 17.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio:

José Alves, Erondy Silvério,
Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio,
Antônio Costenaro Neto, João Arruda,
Luiz Carlos Alborghetti, Pirajá Ferreira,
Antônio Belinati, Orlando Pessuti,
Sabino Campos, Caio Quintana,
Esquias Losso, Basílio Zanusso,
Wilton Barbosa, Edmar Luiz Costa,

Nelson Vasconcellos, Domingos Scarpellini,
Eduardo Baggio, Alexandre Ceranto,
Lindolfo Júnior, Antônio Bárbara,
Tadeu Lúcio Machado e Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

Com a substituição pretendida, de um modo geral, todos os municípios ganham, mesmo aqueles com mais de 27 mil eleitores.

Exemplo: Toledo que passaria de 13 para 15, salta para 19 cadeiras. União da Vitória que perderia 4, descendo de 13 para 9, permanecerá com 13; Rolândia, que tem 15 e ficaria com 9, permanecerá com 15. Abatiá que tem 5.139 eleitores com 9 vereadores, passará a contar com 11 e assim sucessivamente.

Os municípios que não ganham, permanecerão no mesmo, sem prejuízo, portanto.

Juntamente com esta proposta de Emenda Constitucional, estamos apresentando o projeto de lei complementar, que vai acompanhar de bem fundamentada justificativa.

Ofícios:

Sob os números DTL/84, 95, 96, 97, 98, 99 e 100/88, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°:

003/88:

Do Sr. Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Passos Kruger, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o número 8.770. - Anote-se. Arquivase.

025/88:

Do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Lar São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 8.771. - Anote-se. Arquivase.

046/88:

Do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública a UFU - União Fraternal Universal, com sede no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 8.772. - Anote-se. Arquivase.

047/88:

Do Sr. Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública a Casa do Bom Samaritano, Instituto de Promoção Social de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 8.773. - Anote-se. Arquivase.

048/88:

Do Sr. Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública a Congregação da Pequena Missão para Surdos, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 8.774. - Anote-se. Arquite-se.

049/88:

Do Sr. Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Gary Lee Stewart - Imperador da Ordem Rosacruz - AMORC, o qual convertido em Lei tomou o número 8.775 - Anote-se. Arquite-se.

050/88:

Do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública o Templo Curitiba do Amanhecer, com sede e foro na localidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 8.776. - Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 129/88, oriundo da Mensagem Governamental n° 72/88, que concede a Josefina Aparecida Barbosa, viúva do ex-Prefeito Cícero Barbosa Sobrinho, uma pensão mensal no valor equivalente a dois salários mínimos de referência.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 970

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a caracterização de Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n° 67/88, de autoria desta Deputada, solicitando a obrigatoriedade da distribuição do texto integral da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas escolas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 26 será realizado no Plenarinho desta Casa um debate sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a presença de destacadas autoridades estaduais e nacionais. A própria realização do ato justifica o presente, e o Regime de Urgência para votação fortalecerá a campanha de divulgação da medida.

REQUERIMENTO N° 958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 126/88: eleva de 09 (nove) para 11 (onze) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Colombo.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

REQUERIMENTO N° 972

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscrive, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja marcado para o dia 15 de junho de 1988, a outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Pastor WADY BECHARA.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 955

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, que nos termos do Artigo 35, do Regimento Interno, esta Casa seja transformada em Comissão Geral do Plenário para realização de sessão especial no próximo dia 27 de junho de 1988, às 14h30m, em substituição à sessão ordinária prevista, e para essa sessão especial sejam convidados os Srs. Mário Jorge Guarnão Berard, Presidente do Banco do Brasil S/A, João de Mattos Leão, Diretor de Crédito Industrial e Comercial do Banco do Brasil S/A e Sebastião Rodrigues Júnior, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A, para a exposição dos programas de crédito, fomento à produção, realizações e previsões do Banco do Brasil em relação à economia em geral e, especialmente, ao Estado do Paraná.

Requerem ainda, que aprovada esta proposição, seja oficiado às autoridades nominadas com a formalização do convite para sua presença a esta Casa Representativa, convidando-se ainda, as entidades empresariais e interessados.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo passamento do Professor e Vereador MANOEL MACHADO, ocorrido hoje em Londrina.

Outrossim, pede-se que, após aprovado, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO N° 956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Professor AMÁRIO VIEIRA DA COSTA, ocorrido no último dia 14 do corrente, na cidade de Umuarama.

Requer, ainda, que se dê ciência à família enlutada, à Rua Dez. Munhoz de Melo, 1300, 5° andar, sala 501, 87.500 - Umuarama-PR.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

O extinto tinha 37 anos, era natural de Maringá, mas quase toda sua vida se resumiu a Umuarama, onde, além de professor de educação física exerceu outras atividades. Foi técnico de seleções de handebol, esporte que implantou na cidade; microempresário do ramo de confecções, sendo um dos fundadores da associação que reúne essa classe. Ocupou a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, na fase de implantação dessa Pasta, na estrutura administrativa municipal, entre outras atividades. Deixa viúva a Sra. Aurora Aparecida Crey da Costa, e os filhos Mário Augusto, Paulo Henrique e João Ricardo.

REQUERIMENTO N° 951

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido um voto de pesar à família do Médico Bioquímico, Dr. GASTÃO EDUARDO DE CAMARGO IZIQUE, ocorrido tragicamente na noite do dia 13 do corrente, em acidente automobilístico na BR-376, Curitiba a Joinville.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perdeu com a morte do Dr. Gastão, um dos mais promissores bacteriologistas que o país possuía, principalmente no estudo de doenças oculares, tornando-se o mais procurado do País nesta área. Além disso, era estudioso de outros tipos menos comuns de bactérias do corpo humano. Por um grande período, a medicina vai sentir falta de outro bioquímico de capacidade do Dr. Gastão.

REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo passamento do Sr.

JOSÉ CARLOS CAÇÃO RIBEIRO, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, em data de 15 de maio em curso, com a idade de 32 anos.

Pertencente a tradicional família de Ponta Grossa, o extinto era casado com Dona Jussara de Fátima Pereira Ribeiro e deixa, também, duas filhas: Evelyn Cybele e Ingrid Cinthya.

O prematuro passamento daquele que foi o amigo, o companheiro, pai exemplar e esposo dedicado, veio sensibilizar de forma profunda a comunidade pontagrossense e, em nome dessa comunidade, vem o Parlamentar, manifestar seu reconhecimento e gratidão pelo profícuo trabalho e pelo exemplo de dignidade e dedicação deixado pela pessoa do Sr. José Carlos Cação Ribeiro, quando, na condição de radialista, investindo-se no papel de animador, noticiário e narrador desportista, não mediu esforços para levar com fidelidade e precisão a informação, assumindo com maior afinco a sua profissão.

Fez deste veículo de comunicação, que é o rádio, a sua bandeira de luta, e nele militou entre outros setores, na Rádio Castro, na cidade de Castro, na Rádio Cultura Palotinaense, na Rádio União de Toledo e, finalmente, na Rádio Difusora de Ponta Grossa.

Desta decisão, requer ainda seja dada ciência à família enlutada, à Rua XV de Novembro, 439 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento da Sra. MATILDE EMILIA EMILIANA DE MATOS, mãe do Vereador Juarez de Matos, de Férrola do Oeste, ocorrido na data de ontem, 17 de maio.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamto: Antônio Annibelli.

REQUERIMENTO N° 962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Dr. EDIS MARTINS VIEIRA, ocorrido em 17 de maio de 1988.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à esposa e filhos do falecido, no seguinte endereço:

Senhora Bárbara Salcovski Vieira

Gardner S. Vieira (filho)
 Kristiane S. Vieira (filha)
 Rua Eusébio da Mota, 515, ap. 28
 Centro Cívico - Curitiba - PR.
 Sala das Sessões, em 18.05.88.
 (a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PERCE AFONSO, ocorrido em 17 de maio de 1988.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à esposa e filhos do falecido, no seguinte endereço:

Senhora Lenita Callado Afonso (esposa)
 Jorge A. C. Afonso (filho)
 Mário L. C. Afonso (filho)
 Eliane Peres (filha)
 Rua Samuel César, 835 - Água Verde
 Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Milton Emídio de Almeida, ocorrido em Piên, dia 02 de maio.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 34 anos de idade, faleceu em trágico acidente automobilístico, o industrial Milton Emídio de Almeida.

Deixando viúva a Senhora Ana Maria de Almeida e 02 filhos, o passamento do Senhor Milton deixou enorme lacuna no seio da família, assim como de todo seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Almeida endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 967

Senhor Presidente.

+ Vós sereis justificados
 pelas vossas boas obras.

"Do Apóstolo Paulo, nas suas epístolas."

Rafael Greca de Macedo, Deputado Líder do PDT, que este subscreve, submete à apreciação da Egrégia Assembléia a inserção nos Anais da Casa de voto de congratulações e apreço à Mesa Diretora da Venerável Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, ao corpo clínico, e ao corpo funcional da mesma Irmandade, bem como às Irmãs de São José de Chambery que lá atendem aos doentes, pela comemoração com entrega de obras de interesse público de centésimo oitavo aniversário da inauguração do Hospital de Caridade de Curitiba, no próximo dia 23 de maio.

Registre-se que o referido hospital, endereço de Misericórdia dos mais notáveis do Brasil, foi inaugurado em 23 de maio de 1880, com as presenças do Imperador D. Pedro de Orleans e Bragança, - Pedro II -, e de sua mulher a Imperatriz Dona Thereza Cristhina, então em histórica visita à jovem província do Paraná. A trajetória deste edifício, monumento histórico da cidade e do Estado, dá-lhe hoje a dimensão de monumento da solidariedade e da fraternidade universais.

As congratulações propostas, e o registro nas Atas desta Casa do Povo, devem-se ao fato de se comemorar o aniversário da Instituição, ampliando-se os seus serviços à população, com a criação do Centro de Terapia Intensiva, que se convencionou batizar com o nome do médico Dr. Félix do Rego Almeida, e com a criação do Serviço de Urologia (em novas instalações) que se convencionou chamar com o nome do brilhante Dr. João Átila da Rocha.

Estas "homenagens" a médicos vivos não se minimizam, antes pelo contrário, entram na idéia de que a história deve ser um documento para mudar o mundo, e não apenas um monumento para memória dos "mortos". Parabéns, pois.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) Rafael Greca

REQUERIMENTO N° 973

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - LBA, solicitando gêneros alimentícios e cobertores para a creche Santa Luzia de Mamborê.

Sala das Sessões, 18.05.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A creche Santa Luzia de Mamborê atende dezenas de crianças carentes daquela cidade e região. Atualmente, por questões de defasagem orçamentária, a referida creche necessita de auxílio.

REQUERIMENTO N° 971

por Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Tutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando a doação de agasalhos e cobertores para a A.P.M.I. Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da Cidade de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.M.I., de Nova Cantu é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, no atendimento de 80 famílias carentes. A presidente da entidade, Senhora Terezinha Doróz Pereira, é um exemplo elogiável de competência, honestidade e solidariedade humana para com os necessitados daquela cidade e região. Atualmente, as famílias atendidas pela A.P.M.I. necessitam de agasalhos e cobertores.

REQUERIMENTO N° 954

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, na forma regimental e após ouvido o Soberano Plenário, REQUER, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando atendimento a reivindicação da classe estudantil, formulada pela Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, no sentido de que seja reajustado o valor da contribuição fornecida pelo Governo, em apoio às Casas dos Estudantes do Estado.

Atualmente o Governo do Estado tem repassado o montante correspondente a Cz\$ 705,00 por morador, o que representa em Cz\$ 23,50, por dia, quantia esta insignificante perante os altos custos de alimentação dos estudantes. Assim sendo, propõem o valor de Cz\$ 2.900,00 por morador, representando 1/3 prometido pelo Governo.

Hoje, são abrigados nessas casas mais de oitocentos estudantes, oriundos do interior do Estado, aos quais, principalmente pelo baixo custo lhes oferecido, é proporcionado real oportunidade de frequentarem uma universidade.

No entanto, a situação financeira deficiente em que se encontram as oito Casas de Estudantes de nosso Estado, tem se tornando insustentável, criando a ameaça do fechamento dessas entidades, fato este indiscutivelmente inaceitável, tendo em vista o seu importante papel junto a sociedade paranaense, haja vista os grandes vultos políticos e personalidades de todas as áreas que por ali transitaram e cuja os que estão e estarão ali hospedados, prepa-

rando-se para, também, contribuírem no progresso e na história do nosso querido Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 963

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficializado ao Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, no sentido de determinar as providências recomendáveis para ser solucionado o impasse que vem ocorrendo diariamente no Posto Central de Arrecadação da Agência Universidade, cujo serviço de atendimento ao público vem sendo praticado com grande morosidade e, com número insuficiente de caixas, causando transtornos aos clientes.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Para facilitar o atendimento na Agência XV de Novembro, foi instalado um Posto anexo, exclusivamente para arrecadação.

Mas, não aconteceu facilidade nenhuma, pelo contrário, dificultou ainda mais a vida dos usuários.

Para esse posto converge todo o serviço de pagamentos diversos, como taxas, impostos, carnês, etc. Dado que o BANESTADO é uma fonte arrecadadora quase que compulsória, o volume de serviço é grande e o posto tem poucos caixas, que não dão conta do serviço.

Como consequência as filas são enormes, causando desconforto para quem se vê obrigado a enfrentá-las; além disso, a demora no atendimento resulta em perda de tempo para os clientes.

Seria aconselhável que fossem colocadas mais caixas para o recebimento, uma vez que a tendência é aumentar o serviço.

REQUERIMENTO N° 957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República Federativa do Brasil, Ministro dos Transportes, Ministro da Agricultura e ao Ministro da Fazenda, solicitando estudos para viabilizar a aprovação da consignação de dotação especial no Orçamento Federal para 1989, no montante de 15% do seu total, para investimento nos setores básicos: navegação fluvial, transporte ferroviário e irrigação agrícola, para assegurar o progresso do País.

REQUER, ainda, que se dê ciência ao

Presidente da Câmara Municipal de Maringá e ao ilustre Vereador Antenor Sanchoes, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, cópia de Requerimento n. 0282, de 02.05.88, da Câmara Municipal de Maringá.

REQUERIMENTO N° 960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Prefeito Municipal de Araucária, solicitando que o mesmo negocie com o funcionalismo municipal que se encontra paralisado desde o dia 16 deste mês, reivindicando 75% (setenta e cinco por cento) de reposição salarial, pagamento até o dia 10 do mês seguinte e vale transporte para os funcionários, e que sejam cessadas as demissões e ameaças que estão sendo feitas aos funcionários que participam da paralisação.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O funcionalismo municipal de Araucária tem motivos de sobra para fazer esta paralisação.

O que está gerando o impasse é a recusa do Prefeito de negociar. Os funcionários o convidaram para participar das negociações, já o convidaram para participar das assembleias da categoria. No entanto, o prefeito tem se mantido irredutível. Razão pela qual estamos neste requerimento solicitando que o prefeito abra canais de negociações para solucionar o problema e que seja encontrada uma solução para tão grave situação vivida pelo funcionalismo municipal de Araucária.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI N. 136/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 35 e seu Parágrafo Único da Lei Complementar n. 27 de 08 de janeiro de 1986, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 35 - O número de Vereadores, guardada a proporcionalidade com o eleitorado do Município, será no mínimo de nove e no máximo de trinta e três, fixado nas proporções seguintes:

- 1) - até 10 mil eleitores, nove Vereadores;
- 2) - de dez mil e um a 13 mil eleitores, onze Vereadores;
- 3) - de treze mil e um a vinte mil

eleitores, treze Vereadores;

4) - de vinte mil e um a trinta mil eleitores, quinze Vereadores;

5) - de trinta mil e um a cinquenta mil eleitores, dezessete Vereadores;

6) - de cinquenta mil e um a setenta mil eleitores, dezenove Vereadores;

7) - de setenta mil e um até um milhão de eleitores, vinte e um Vereadores;

8) - além de um milhão de habitantes, trinta e três Vereadores;

Parágrafo Único - O número de Vereadores, em cada legislatura, será alterado automaticamente, de acordo com o disposto neste artigo, tendo em vista o total de eleitores inscritos no município, até a data prevista para o término do alistamento eleitoral".

Art. 2° - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em face das preceituações legais, o Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, já encaminhou, oficialmente, a esta Assembleia o número de eleitores de cada município paranaense, para o respectivo cálculo da representação das respectivas Câmaras Municipais.

Assim, como o número de Vereadores pertence ao direito estadual, este, como se sabe, disciplina a matéria no art. 107, da Constituição Estadual e art. 35 parágrafo único, da Lei Orgânica dos Municípios.

Sucedo que, se a nova lei estadual que irá fixar o novo número de Vereadores, para cada Câmara Municipal, a vigorar na próxima legislatura, seguir os mesmos parâmetros da legislatura vigente, se de um lado repara uma flagrante injustiça que se cometia com 13 Municípios ao longo do tempo, também, a seu turno, por força de um critério (3.000 eleitores) já superado no tempo penaliza 29 municípios, com perda de representação.

A persistir, portanto, o critério da legislação atual, perpetuar-se-á a injustiça não só a 29, mas à maioria esmagadora dos municípios até 27 mil eleitores, cuja representação não poderá exceder de 9 Vereadores, nivelando-se, por baixo, pelo arbitrário e esdrúxulo mínimo de 27.000 eleitores, comunas de menos de 2 mil eleitores com municípios de 27 mil. Urge, pois, corrigir-se a flagrante distorção da proporcionalidade entre o número de mandatórios e o de eleitores, com este plano de lei complementar, ao contido no art. 107, da Constituição do Estado do Paraná e art. 35, parágrafo único da Lei Orgânica dos Municípios. De modo a beneficiar os 13 municípios, que ganhavam com as normas vi-

gentes, e todas as demais comunidades, através de sistemática mais consentânea com a realidade, e, sobretudo, traduzindo-se por critérios de proporção mais amplos, mais elásticos e, logo mais justos. Por último, desnecessário frisar que a inovação legal, importando em estímulo à qualificação eleitoral em cada comarca, concorrerá muito mais rapidamente que os preceitos de lei, ainda vigentes para a transformação do Paraná num dos maiores Colégios Eleitorais deste País.

Dai, salvo melhor juízo, solicitarmos aos ilustres Pares o necessário apoio.

Apoio:

Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro Neto, João Arruda, Antônio Belinati, Pirajá Ferreira, Orlando Pessuti, Sabino Campos, Caio Quintana, Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa, Esquias Losso, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Antônio Annibelli, Lindolfo Júnior, José Alves, Erondy Silvério, Domingos Scarpellini, Raul Lopes, Artagnão Mattos Leão, Ayr Meszadri, Alexandre Ceranto, Basílio Zanusso, Antônio Bárbara e uma ilegível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 137/88
Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOAQUIM DUTRA.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Joaquim Dutra, brasileiro, casado, rádio-difusor e agricultor, casado com Luiza Lemos Dutra, em Maringá, em 11 de novembro de 1954, com a qual tem três filhos, os quais já lhe deram três netos, todos nascidos em Maringá.

Filho de Antonio Dutra e Thereza Santini Dutra, nasceu no então distrito de Conchal, Município de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo, aos 14 de abril de 1929.

Residiu em Mogi-Mirim por um ano, mudando-se para Santos, Estado de São Paulo, onde permaneceu até 1939. Mudou-se para São Paulo Capital onde residiu até 1950. De São Paulo mudou-se para Maringá, onde reside até hoje.

Em 1972, foi aprovado no vestibular em 4º lugar e ingressou na Universidade de Maringá no curso de Administração de Empresas, onde frequentou até o 3º ano, interrompendo o curso por motivos de saúde.

Sempre participou das associações de classe, patronais e Clubes de Serviço. Em 1958 foi agraciado com o diploma de Honra ao Mérito, pela Associação Paranaense de Rádio - APR. Foi eleito Venerável Mestre (presidente) da Loja Maçônica Justiça de Maringá, para a gestão de 1960/61. Sócio fundador da Associação Comercial e Industrial de Maringá com as firmas Irmãos Dutra Ltda. e Rádio Cultura de Maringá. Foi Presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, gestão 1968/69, atualmente é Membro Nato do Conselho Deliberativo da mesma ACIM. Eleito uma das "Personalidades dos Anos 70" pela Associação de Imprensa Paranaense e Secretaria de Esportes e Turismo de Maringá. Pela Lei 1.287/79, foi agraciado com o título de "Cidadão Benemérito de Maringá", em 1979, por iniciativa do Poder Legislativo e apoio do Poder Executivo Municipal.

Sua vida profissional iniciou em São Paulo onde trabalhou em uma indústria têxtil, como auxiliar de escritório. Em Maringá, exerceu várias atividades: Hoteleiro - possuía três hotéis em sociedade com seu irmão João Dutra, de 1952 a 1955, exerceu a profissão de contador autônomo em Maringá, comprador de cereais por conta própria de 1950 a 1953; cafeicultor de 1971 a 1982, em Iretama, Paraná; pecuarista de 1978 a 1984, em Sabáudia, Paraná; agricultor planta soja na BR-070, no Estado do Mato Grosso, rádio difusor é sócio da Rádio Cultura de Maringá e da Rádio Cultura de Umuarama. Iniciou como radiologista em 1952, da Rádio Cultura de Maringá, foi diretor da Rede Paranaense de Rádio que possuía 14 emissoras de Rádio no Estado do Paraná.

Joaquim Dutra foi sócio fundador da Televisão Cultura de Maringá em 1975, fundador do "O Diário do Norte do Paraná" em 29 de junho de 1974, jornal que foi instalado com rotativas Off Set e fotocompositores, foi diretor da "Folha do Norte do Paraná" de 1964 a 1973, é proprietário da Imobiliária Social Ltda., que entregou à cidade de Maringá o primeiro loteamento com todas as obras de infra-estrutura completas, antes de iniciarem as vendas. É sócio da Servisom Cultura, empresa especializada em sonorização para grandes eventos e foi sócio fundador da Rádio Jornal de Maringá.

PROJETO DE LEI N. 138/88
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR MOSSUNGUE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.88.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Lar Mossunguê é uma entidade fundada por um grupo de pessoas sem vínculo com qualquer órgão governamental e com a finalidade precípua de acolher carentes, órfãos ou em total desamparo, possibilitando uma recuperação e um início de vida visando um futuro promissor.

Optou-se, inicialmente, por receber crianças do sexo masculino a partir dos 5 anos de idade e que não ultrapassem aos 12 anos, visto ser esta faixa etária mais carente de cuidados e com maior representatividade no grupamento de menores que perambulam por nossas ruas, sem responsáveis, sem teto, sem alimentação adequada, sem cuidados médicos, esmolando, apreendendo maus costumes, iniciando-se no roubo e assaltos.

A capacidade atual do estabelecimento é de 30 crianças e, no momento, está abrigando 20 meninos, com idades que variam de 5 a 11 anos.

Toda a manutenção do estabelecimento é feita às expensas das pessoas que compõem sua diretoria, não recebendo até o momento qualquer subvenção ou verba governamental.

Todas as crianças recebem cuidados dentários por profissional competente, cuidados médicos quando necessários, bem como controle laboratorial executado periodicamente, pois as crianças chegam com uma carga muito grande de germes patogênicos e parasitológicos.

Seu estatuto por si só traduz a elevada significância social da entidade, pois define seus objetivos específicos.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Gernote Kirinus.

Vossa Excelência tem 30 minutos para proferir a sua oração.

Esta Presidência, antes que Vossa Excelência inicie o seu pronunciamento, tem a satisfação de registrar na nossa tribuna de honra, os estudantes de 4º e 5º ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que aqui iniciam um estágio, para conhecer o processo Legislativo desse Poder. Essa Presidência fica muito honrada com a presença dos ilustres estudantes.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a polêmica em torno da Estrada do Colono e do Parque Nacional

do Iguaçu, como se um excluísse o outro, continua a ganhar manchetes nos jornais. Principalmente agora, que o supremo Tribunal de Recursos está prestes a julgar esta matéria de tal importância para a região Oeste e Sudoeste do Estado, em especial, e porque não dizer, para o Paraná todo.

Mas, Senhor Presidente, é verdade que quem olha para uma reta traçada num papel, vê o conjunto de pontos que a formam e eu incorporo em sua compreensão como verdade absoluta e incontestável. Por outro lado, quem olha para essa mesma reta e se fixa apenas nos pontos que a formam, corre o risco de incorporar à sua compreensão apenas os pontos como verdade absoluta, perdendo assim a visão desta mesma reta, a visão de conjunto.

Vejo grande impasse criado em torno da polêmica da Estrada do Colono e o Parque Nacional do Iguaçu. Enquanto, alguns defensores da Estrada do Colono, vêem apenas nos prejuízos imediatos criados pela interdição daquela estrada, que atravessa o Parque Nacional do Iguaçu e perde a compreensão da magnitude do significado do Parque Nacional do Iguaçu para a humanidade toda, outros se opõem a abertura da estrada e vêem o parque apenas como santuário ecológico, sagrado, intocável, às semelhanças dos animais sagrados do antigo Egito, "que era o gato", ou então na atual Índia, "a vaca sagrada". E assim, o parque parece ser mais uma ilha sagrada, intocável, que não tem outro sentido, como se tivéssemos dividido o mundo entre profanos e sagrados, cuja visão já foi superada há muito tempo, até pelo Novo Testamento.

De um lado vêm as acusações, de que os ecologistas contrários à abertura da estrada, são radicais. De outro lado, vêm acusações de que os interessados na abertura da estrada são politiquinhos, interesseiros, defensores de grupos econômicos, algozes do meio ambiente e assim por diante. Na verdade, ambos padecemos de miopia crônica...

O Sr. Pedro Tonelli - Permite um aparte, na sequência, nobre Deputado?

O SR. GERNOTE KIRINUS - Logo na sequência, mantereí a sua inscrição no aparte que muito me honrará.

Sofremos, portanto, de miopia crônica, incapazes que somos talvez de nos desprendermos dos pontos da reta e alçar o espírito para um entendimento mais nobre das implicações, dos riscos, das funções de uma estrada e de um Parque Nacional do Iguaçu...

Se a posição dos ecologistas fosse radical, como muitos acusam, certamente

iriam se debruçar sobre os problemas buscando as raízes, pois daí vem o termo radical, quem busca a causa última, a raiz mais profunda, medindo as conseqüências, tanto da abertura como do fechamento de uma estrada para o Parque Nacional do Iguaçu ou para a humanidade, o radicalismo, sempre será tido por nós como uma postura mais inteligente diante da realidade. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a intransigência e o extremismo não podem ser confundidos com o radicalismo; eis porque não considero os opositores ecologistas radicais.

Considero-lhes, no mínimo, extremistas, e, também, avalio que sua análise é tão superficial, quanto tangencial são os enfoques que dão ao assunto. Tomemos apenas um exemplo, de um desses ecologistas extremistas superficiais e porque não dizer levianos, tomemos, por exemplo, o artigo publicado na Gazeta do Povo, escrito sobre o tema "Sementes da Descaracterização e Destruição", de autoria do hoje Presidente da A.D.E.A., João José Bigarella.

Se observarmos esse artigo, essa verdadeira catilinária, em que procura desfigurar a imagem do político e todo aquele que defenda o Parque e a estrada do Colono, nós vemos que nas suas primeiras linhas não diz nada, faz acusações gratuitas, acusando de politiquês, de interesseiro.

Entretanto, não fundamenta nenhuma de suas posições. A única coisa com que procura fundamentar a sua crítica é, em relação a que o atual Diretor, Doutor Luciano Pizatto, que quer fazer um novo Plano de Manejo do Parque, acha isso um absurdo.

Acha que isso estaria atendendo os interesses politiquês apenas daqueles Deputados ou dos representantes lidos da região que querem a reabertura do Parque.

Mas, antes de adentrarmos e rever o Plano de Manejo, que eu gostaria de hoje aqui abordar, assim como foi abordado a Comissão de Ecologia durante doze sessões com oito depoentes e que culminou numa visita ao próprio parque, com um sobrevôo na área.

O Sr. Pedro Tonelli- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço essa oportunidade em que se discute assunto que é de importância talvez não só do Paraná, mas do Brasil todo; e eu vejo neste Plenário, depois que fazemos parte desse Parlamento, a primeira vez que temos a oportunidade de colocar em discussão os diferentes pareceres, as diferentes visões sobre a polêmica criada em cima do fechamento da Estrada do Colono, que existe há mais de quarenta anos, e ela tem o marco da história da povoação do Sudoeste e do Oeste do Paraná, ela está na

lembrança de todos aqueles que marcavam com o seu sacrifício a povoação, a colonização e o progresso que existe na Região Oeste e Sudoeste do Paraná.

Certamente não teríamos como levantar nenhuma dúvida quanto ao fechamento dessa Estrada, tendo em vista que conhecemos na carne o problema. Eu resido a quatro quilômetros da estrada, a dois quilômetros do Parque Nacional do Iguaçu, conheço perfeitamente o local, as influências e as conseqüências pela manutenção da estrada aberta ou fechada, ou o próprio manejo do Parque que é um patrimônio da sociedade brasileira, da sociedade paranaense, da sociedade local, aliás, de alto interesse da coletividade como um todo.

Conheço, também, um pouco da história do fechamento da Estrada, aliás, é uma história trágica, uma história lamentável. Acho que para esta Casa de Leis, para este Poder, deixa uma grande lição, que é uma lição que não podemos mais brincar com coisa séria. Lembro muito bem, que em 1985, quando o então Governador José Richa afirmava na praça pública em Capanema, certamente, na emoção, para tentar ganhar a eleição municipal que acontecia em 1985 em Capanema, lembro de uma frase que está marcada em todos os capanemenses, nos planaltenses que estavam presentes naquele grande comício na praça pública, aonde o Governador José Richa ladeado pelo então Senador Álvaro Dias e por demais integrantes do Governo naquela época, afirmava que aquele trecho do Parque Nacional do Iguaçu, a conhecida estrada do Colono, seria asfaltado a qualquer custo, mesmo que ele tivesse que ir para a cadeia, dizia Richa, ele estaria tranquilo, porque os capanemenses e os planaltenses estariam levando chimarrão, e servindo chimarrão para ele na prisão, mas que a estrada seria asfaltada, seria.

Três anos depois, temos a marca lamentável da estrada não só estar asfaltada como interditada, asfaltada pela justiça em cumprimento a uma lei, creio eu, absurda, uma lei que permite que as estradas sejam interditadas. E José Richa não está na cadeia e ninguém precisou levar chimarrão e levar cigarro para ele como ele esperava da população.

Portanto, nobre Deputado, acho que Vossa Excelência, com autoridade, com conhecimento de causa, porque é originário do Oeste, traz essa preocupação, uma preocupação que temos que lamentar pela falta de habilidade, pela falta de diplomacia que no passado se teve na condução da tal polêmica, tão badalada questão da Estrada do Colono.

Eu espero que os pareceres coletados pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente dessa Casa prevaleçam e sejam decisivos

com relação ao julgamento no Supremo, e que se faça justiça, e justiça é, nada mais nada menos, do que reabrir e manter aberta essa Estrada do Colono, que é uma conquista da população do Oeste, do Sudoeste, do pessoal do Paraguai, da Argentina, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso e de Rondônia que tanto se beneficiaram e que continua na sua lembrança essa conquista da travessia do Parque Nacional antes que fosse criada esta Lei de Manutenção, de manejo dos parques nacionais.

Então, eu acredito que este Parlamento terá que a bem da justiça, a bem da vontade da população paranaense, grande parte localizada no Oeste, no Sudoeste do Estado, creio eu que este Parlamento ele terá a missão, despida de qualquer interesse populista, de realmente batalhar para que o Parque seja bem conservado, esse é o anseio de todos e que, também, a estrada exista. As duas coisas são necessárias para a população paranaense.

Acho que no passado existiram realmente episódios lamentáveis por parte dos Prefeitos Municipais locais, acho que houve falta de habilidade das autoridades estaduais da época, mas, acho que os erros do passado, nós que estamos presentes neste Parlamento neste momento, não podemos admitir que eles continuem, e temos que, todos nós, lutar para que essa estrada seja reaberta e que o Parque Nacional do Iguaçu esteja muito bem conservado. E não podemos nos iludir com as brigas atuais que, nesse momento, repercutem lamentavelmente nessa importante decisão política e jurídica que deveria ser tomada, aonde de um lado o grupo ligado ao ex-governador José Richa está querendo que a estrada seja reaberta, e por outro lado se dá a entender que o grupo mais autêntico, o grupo mais progressista, ligado ao Governador Álvaro Dias, os ditos progressistas, queiram que esta estrada se mantenha fechada, para que a postura de Richa não seja prestigiada e valorizada.

Portanto, eu acho que esta estrada interessa a todos os paranaenses, a todos os gaúchos, a todos os catarinenses, aos matogrossenses, ao pessoal de Rondônia, ao pessoal do Pará, interessa ao Brasil todo. E vamos jogar essas afirmações apaixonantes de lado, vamos firmar posição defendendo o interesse do povo, aquele que nos gere, que nos paga, e é motivo da nossa existência.

Muito obrigado, nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Nobre Deputado, Pedro Tonelli, eu conheço a sua posição, em relação à estrada do Colono e o Parque Nacional do Iguaçu, até porque Vossa Excelência nos acompanhou na Comissão

de Ecologia e deu um aparte muito interessante que reafirma, aqui, neste instante, neste Plenário, em aparte ao meu discurso.

O aparte mais importante que Vossa Excelência traz ao nosso discurso, e que nos dá plena razão, contra as afirmações gratuitas do Senhor Bigarella, é de que essa estrada tem apenas interesse de políticos, ou apenas interesse de grupo econômico.

Sabemos que Vossa Excelência é oriundo das bases mais humildes, da região do Sudoeste do Paraná, e o PT é um Partido realmente enraizado nas bases, nós temos certeza que ao transferir ou pronunciar a sua vontade, está pronunciando, também, a vontade de toda a população.

Portanto, não é só um grupo econômico, alguns políticos, ou talvez, até fazendo uma pequena ressalva, para fazer justiça aos Deputados, como o Deputado João Arruda, e tantos outros, inclusive, do PDT, que fizeram na Comissão de Ecologia o seu depoimento, e que lá foi aprovado por unanimidade, o relator do Deputado Scarpellini, de que não é só o grupo de Richa interessado, mas, também, temos Deputados do PDS, Deputados do PFL, do PDT, agora e antes, também, tínhamos do Deputado do PT, esse desejo de que realmente, se olhe sem paixão, mas com justiça, para esta estrada do Colono e, também, para o nosso Parque Nacional do Iguaçu, não se deve perder de vista um e não excluir o outro, porque o Parque Nacional do Iguaçu foi definido e criou-se junto, quando a estrada já existia.

Mas, antes de fazer a análise do plano de manejo do parque, onde nós vemos uma série de equívocos, que eu gostaria de analisar, eu recebo e ouço o aparte do Nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Gernote Kirinus, Vossa Excelência com muita propriedade vem abordar a questão da estrada do Parque, até porque Vossa Excelência há muitos anos, faz parte do grupo que tem lutado por este interesse contrariando o extremismo ecológico do País. Extremismo que existe e, aliás, em vários setores, em vários segmentos da sociedade brasileira hoje, que fizeram da estrada do Parque um cavalo de batalha para poder ganhar autopromoção, no seu intento de mostrar uma pseudo-preservação da ecologia.

Eu quero fazer um reparo, nobre Deputado, ao aparte do Deputado Pedro Tonelli, que por sinal é de Capanema e que deveria, obviamente, estar muito mais informado a respeito da questão da estrada do Parque na afirmativa: que faz o Deputado, de grupos do Governador José Richa, e de grupos do Governador Álvaro Dias, que na sua colocação mostra que se contrapõe, e é o de-

sejo da abertura da estrada.

Eu recorro plenamente quando o Governador José Richa, em Capanema, fez a colocação de que o seu Governo iria asfaltar a estrada. E na oportunidade o Governador José Richa, e Vossa Excelência sabe muito bem, porque engajado estava no movimento, cumpriu a sua parte, até porque esta estrada é uma BR, é uma estrada federal, e o Governo do Estado, procedeu o asfaltamento desde Capanema até o Porto Moisés Lupion, e de Medianeira até o começo do Parque Nacional, tendo sido impedido de continuar, por uma liminar concedida pelo Doutor Milton, Juiz Federal, aqui de Curitiba.

Então, a disposição do Governo do Estado do PMDB daquela época, concretizou-se de fato e só não prosseguiu devido a uma medida judicial que, data vênica, precisava ser respeitada.

No entanto, sabe Vossa Excelência, também, que o Governador Álvaro Dias, após assumir o Governo, reiteradas vezes tem se posicionado a favor da estrada, como também, no curto período em que o Governador João Elísio esteve no Governo, também se posicionou favorável. E Vossa Excelência porque tem militado nisso, sabe que o Governador, inclusive para o recurso que tramita no Tribunal Superior de Recursos, contratou um advogado, Doutor Arruda Alvim, para acompanhar, em nome do Estado, e assessorar a própria Procuradoria Geral do Estado, o recurso que tramita nessa Suprema Corte do nosso País. Portanto, no que diz respeito a atuação do Governo favorável na estrada do Parque, nós não temos a reprimir fato algum, porque houve empenho do ex-Governador José Richa como há do Governador Álvaro Dias na abertura da estrada.

Agora, o que eu queria trazer, nobre Deputado, é a minha estranheza de ver, por exemplo, na "Folha de Londrina", desta semana, dizendo que a Eletrosul não desistiu das análises e estudos para a construção da barragem do Salto Capanema, que iria e irá, caso concretizada, alagar grande parte do Parque Nacional do Iguaçu.

Então, veja Vossa Excelência, a contradição no instante em que a Justiça fecha uma estrada, que já existia, que não vai derrubar nenhuma árvore, e que, apenas por esta pseudo-ecologia, tenta manter esta estrada fechada quando estudos continuam de uma usina que iria alagar e destruir mais ou menos mil hectares do Parque Nacional do Iguaçu, destruindo a sua fauna e a sua flora. Quer dizer, não cabe no entendimento de ninguém que isto se esteja procedendo, realmente, um ato de justiça, um ato de preservação da natureza.

Por isso, dias atrás, fui à Argentina, fotografar um aeroporto internacional que existe dentro do mesmo Parque Nacional do

Iguaçu, no Município de Andrecito, na Argentina, ligado a Foz do Iguaçu por uma estrada que está sendo asfaltada dentro do mesmo Parque Nacional do Iguaçu. E aí eu me pergunto: se a ONU diz que o Parque Nacional do Iguaçu é um patrimônio da humanidade, será que é um patrimônio da humanidade só a parte que toca ao Brasil? A parte que toca a Argentina não é patrimônio da humanidade? E nós temos que ser prejudicados, Oeste e Sudoeste, com esta importante via de ligação das duas regiões, sem que o progresso possa continuar e haja um estrangulamento.

Quero me colocar totalmente solidário ao pronunciamento de Vossa Excelência, porque conheço o pensamento de Vossa Excelência, e tenho certeza, que haveremos de vencer esta luta agora no mês de junho, quando a Suprema Corte deste País, sem dúvida alguma, inspirada pelo trabalho que está sendo feito, não terá outra sentença a dar, a não ser cassar a liminar concedida pela Vara da Justiça Federal do Paraná.

Muito obrigado e parabéns, Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço seu aparte, nobre Deputado Caíto Quintana, e de fato esperamos que com a decisão na Justiça o ex-Governador José Richa não precisará ir à cadeia, conforme tem anunciado, porque temos quase certeza de que a sensibilidade, também, povoa a inteligência dos homens que regem a justiça neste País.

O Sr. Algaci Túlio - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. GERNOTE KIRINUS - Eu darei o aparte a Vossa Excelência mas eu tenho inscrição aqui do Deputado João Arruda, do Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Sabino Campos, eu gostaria de ouvi-los, anteriormente; pediria que fossem breves, porque ainda quero abordar neste espaço um dos pontos que os ecologistas radicais, extremistas, mais se apegam, que é a zona intangível do Parque. E quero, através da história, depoimentos que colhemos na Comissão da Ecologia, de mostrar que estão completamente equivocados e que o plano de manejo do Parque deve ser revisto, como se posiciona, corretamente, o Dr. Luciano Pizzato, que é o atual Secretário Geral do IBDF. Mas, eu acolho o aparte do Deputado João Arruda.

O SR. JOÃO ARRUDA - Eu agradeço e quero dizer a Vossa Excelência que conhecendo, também, a região do Sudoeste, vivendo por lá desde 1970, na cidade de Francisco Beltrão, e tendo passado pela estrada do parque, pelos menos umas duas centenas de vezes, indo até Foz do Iguaçu ou mesmo Me-

dianeira. Uma estrada de uma importância, porque desde a colonização do Sudoeste, do Oeste, serviu para que lá pudessem passar os pioneiros gaúchos, vindos do Rio Grande do Sul, e porque não, também, os catarinenses.

Eu quero me associar ao pronunciamento de Vossa Excelência dizendo, também, que como membro da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, o que tive a honra de ser o Vice-Presidente ao lado de Vossa Excelência posso até falar em nome daquelas pessoas que representamos no Sudoeste, do interesse que existe daquelas pessoas na manutenção da abertura da estrada.

Eu quero dizer que eu trouxe, até, a cópia do telex que tive a oportunidade de encaminhar ao Ministro José Dantas, Presidente do Tribunal Federal de Recursos e, também, aos Ministros daquele Tribunal, dizendo da preocupação, não só do Deputado, mas de toda aquela região do Sudoeste, quanto a reabertura da estrada e por isso, eu sou solidário a Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço, não só pelo seu aparte, mas pelo acompanhamento que Vossa Excelência deu a Comissão de Ecologia, quando tratamos deste assunto e nos aprofundamos sobre este problema.

Quero o aparte do nobre Deputado Sabino Campos.

O Sr. Sabino Campos - Agradeço o aparte ao nobre Deputado Gernote Kirinus, dizendo da importância deste tema que levanta novamente na Assembléia Legislativa, como um homem do Oeste representando o Oeste, e da necessidade dessa estrada para que a população do Oeste de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Oeste do Paraná, Mato Grosso até Rondônia, dela faça uso para se deslocar mais facilmente de um local para o outro.

É uma estrada histórica, necessária e é claro que defendendo como defendemos o meio ambiente, entendemos que necessitamos da estrada, mas, também, necessitamos que esse Parque seja preservado, para que possamos ter uma das poucas reservas ecológicas existentes neste País.

Queria dizer ao nobre Deputado Gernote Kirinus, que eu não concordo com as palavras do Deputado do PT, Pedro Tonelli, como sempre digo, quem fala o que não sabe, diz inverdades. Ele disse aqui que o grupo do Richa quer abrir a estrada e o grupo do Álvaro não quer abrir a estrada.

Eu discordo totalmente, porque eu sempre defendi essa estrada no tempo do Governo Richa, e como homem do Oeste entendo a necessidade dela.

Sempre a defendi, sempre respeitei as posições da ex-Governador Richa, hoje con-

siderado um homem de Álvaro Dias, defendendo a estrada da mesma maneira que a defendia na época. Mantive contato com o próprio Senador José Richa em relação a essa estrada e nos últimos dias, também, mantive contato com o Governador Álvaro Dias e nós sabemos do trabalho que está sendo desempenhado, pelo Estado, para que possamos atender a população dessas regiões, como também, o principal de todos, preservar o Parque Iguazu.

Portanto, eu não concordo com as palavras ditas pelo Deputado Pedro Tonelli, como disse anteriormente, ele não tem conhecimento da matéria, quando fala deveria melhor se informar para não dizer inverdades na hora que faz os seus pronunciamentos neste Plenário.

Meus parabéns Deputado Gernote Kirinus, homem do Oeste defendendo os interesses do Oeste, pela população deste Paraná e deste Brasil.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Apraz-me nobre Deputado, receber junto com os demais Deputados este apoio e gostaria de dizer que colho do Deputado Pedro Tonelli o apoio tão simplesmente na luta pela reabertura da estrada e conservação do Parque Nacional do Iguazu.

Eu ouço, na sequência o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e logo em seguida o Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Quando eu era Vereador, em Londrina, ilustre Deputado, fiz uma série de requerimentos na tribuna e, também, ocupei por várias vezes a tribuna da Câmara Municipal de Londrina, pedindo que fosse aberta essa estrada. Tanto eu, como outros Vereadores da Câmara Municipal de Londrina, entre eles, um que nós perdemos esta madrugada, professor Manoel Machado, Vereador do PMDB, Professor, Mestre dos meus filhos, ilustre político da minha cidade. Aproveitando o seu aparte quero que esta Casa registre o falecimento do ilustre Vereador londrinense, Professor Manoel Machado, que por muitas vezes ao meu lado assinou requerimentos na luta, não só pela sua estrada, a qual Vossa Excelência defende com muita vibração nesta tribuna, mas defendendo o progresso em geral do Estado do Paraná.

A única coisa que eu não posso defender, mesmo sendo do PMDB e que tratando com respeito o Presidente do meu País, que é o Senhor José Sarney, que está construindo uma estrada que sai de um lugar e não vai a lugar nenhum. Enquanto nós temos rodovias que podem ser produtivas e o Oeste do Paraná e o Sudoeste do Paraná, hoje, fazem parte do meu Estado, parte na pujança, no progresso. Não tive votos nessa região, mas a respeito, porque por ali

já trabalhei por muitos anos em emissoras de rádio e jornais e conheço a pujança do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

Por isso quero parabenizar Vossa Excelência.

Respeito os ecologistas. Temos que preservar a ecologia não só no Brasil, não só no Paraná, mas no mundo inteiro, mas temos que abrir espaço para que esta rodovia seja mais uma rodovia para ajudar aos que estão no asfalto e que dependem da agricultura do Oeste, do Sudoeste e do Estado do Paraná.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço ...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência, em virtude do seu tempo ter esgotado, consulto a Liderança do PMDB se cederá ao Deputado Gernote Kirinus que se encontra na tribuna.

O Sr. Caio Quintana - Fica concedido o Horário da Liderança do PMDB ao orador que se encontra na Tribuna.

O SR. PRESIDENTE - Vossa Excelência tem o horário da Liderança.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Concede-me um aparte, nobre Senhor Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Na sequência. Eu ouvia ainda dois apartes porque eu preciso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradecendo o espaço que me cede a minha Liderança e aquiescência do Deputado Pirajá Ferreira, ouvia os dois apartes e gostaria de adentrar ao assunto do Plano de Manejo do Parque que na minha opinião e na análise da Comissão de Ecologia está completamente furado, completamente equivocado. Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Muito obrigado, Deputado Gernote Kirinus. Queria dizer ao companheiro que nós percorremos aquela região, tive o prazer de conhecer o Parque Iguaçu e, também, confirmando o que disse o Deputado Caio Quintana, na Argentina existe uma estrada que corta o Parque. Podemos sobrevoar e conhecer o lado Argentino do Parque Iguaçu e constatar. Entendo eu, que desde que se respeite a ecologia, desde que se faça o trabalho de preservação da fauna e da flora, tenho certeza que a estrada do colono não vai trazer nenhum prejuízo para a ecologia e sim benefícios para as regiões que hoje sofrem por ter que dar uma volta muito grande para poder chegar no outro extremo.

Por isso, meu caro Deputado Gernote Kirinus, tenho certeza que a Bancada do PDT, muito embora o Deputado Rafael Greca

tenha algumas restrições, a não reabertura, mas sim a colocação, a maneira de como será feita a estrada, de como será feito o paisagismo da estrada. É esta a única posição do Deputado Rafael Greca.

Mas o PDT, a sua Bancada vota favorável, está de acordo, também com o seu pensamento.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Eu agradeço a adesão do PDT.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS - Nós não gostaríamos, Deputado Algaci Túlio, de discutir a forma como será aberta. Se repararmos nas injustiças feitas com o fechamento, nós já nos damos por satisfeitos.

Ouçó o nobre Deputado Antônio Costenaro Neto.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado Gernote Kirinus, nós não tínhamos conhecimento até o momento em que começamos a participar das reuniões da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, do problema da Estrada do Colono, a não ser ao longo através da imprensa. Nós durante os debates nesta Comissão, ouvimos depoimentos de ilustres representantes daquela região e depoimentos, também, de Parlamentares, a exemplo de Vossa Excelência, que como Presidente muito bem soube conduzir os debates na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Portanto nós entendemos que o homem é o que deve melhor ser beneficiado do meio ambiente. O homem não é apenas o produto do meio. O homem é que deve transformar o meio ambiente, fazer o meio ambiente.

Eu entendo desta maneira, porque eu acho que a transformação da face da terra, de mundo que nós vivemos foi feita através das mãos dos homens, da inteligência do homem. E acredito que recebemos o dom supremo de Deus para transformarmos, se for possível, a face da terra. É difícil avaliar se estamos transformando para o bem, mas temos a certeza que cada dia que passa, o homem busca, almeja e busca o conforto, os caminhos mais curtos para melhor sobreviver.

E no meu entender, os ecologistas, ao defender para e simplesmente a ecologia, querem roubar do homem o direito de ir e vir num trecho bem curto, criando dificuldades muito grandes, fazendo com que a não execução desta Estrada do Colono naturalmente faça com que os homens daquela região tenham que transportar os seus produtos por uma distância muito grande, simplesmente pelo fato de não utilizar uma estrada que já existe há 60 anos.

Então, eu não entro no mérito da questão, como disse o Deputado Pedro Tonelli, que é briga do grupo de José Richa, briga do grupo de Álvaro Dias. Eu até não acredito que seja, mas eu diria que é uma briga de um grupo de idealistas, de ecologistas que querem contrariar os progressistas deste País. E eu fico com os progressistas, eu fico com Vossa Excelência, fico com o Deputado Domingos Scarpellini, que foi o relator, fico com todos aqueles que querem ver pronta aquela estrada.

Nós queremos fazer sim - e devemos fazer - a consciência dos homens que, utilizando aquele espaço, cortando aquela floresta com uma estrada moderna, confortável, mas que respeite o meio ambiente, que respeite a ecologia. Isso sim, nós temos que nos preocupar em fazer a consciência, não apenas eliminar, inibir o direito de ir e vir e de fazer progresso.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Vossa Excelência que também participou nas discussões da Comissão de Ecologia, muito bem coloca o posicionamento de alguns estudiosos que lá compareceram e deram o seu depoimento de que a defesa do meio ambiente não pode conflitar com o desenvolvimento e o progresso. Devemos encontrar uma solução política e técnica para que ambos sobrevivam. E além do mais, Vossa Excelência bem sabe e tem defendido a reabertura da estrada e sabe que a Estrada do Colono não é uma estrada que liga Capanema a Medianeira. Não. Essa estrada nasce no Rio Grande do Sul, atravessa o Oeste Catarinense, atravessa o Sudoeste e o Oeste do Paraná em direção a Cuiabá, Mato Grosso, para se dizer rasteando o caminho aberto pelos pioneiros, pelos colonizadores dessa região toda que vieram do Sul, e que não liga apenas Capanema e Medianeira ou alguns interesses econômicos, mas liga famílias, comunidades. Liga localidades que foram semeadas ao longo dessa corrente migratória. Liga toda uma tradição e uma cultura. Enfim, aproxima mais o Brasil de si mesmo, como bem disse o Doutor Adolfo no seu depoimento na Comissão de Ecologia. Mas, eu ouço ainda o aparte do nobre Deputado Ezequias Losso e depois pediria desculpas porque gostaria de entrar no aspecto intangível que tantos ecologistas se batem em cima disso.

O Sr. Ezequias Losso - Em nome do Partido Liberal, nobre Deputado Gernote Kirinus, queremos manifestar a nossa solidariedade à posição adotada por Vossa Excelência, posição de prudência, posição de equilíbrio, interessado na preservação do meio ambiente. E ouvimos as providências que estão sendo adotadas neste particular,

e também da possibilidade em se estabelecer esta via de comunicação em termos efetivos naquela importante região do nosso Estado.

Acreditamos que o progresso pode ser alcançado com a aplicação de critérios, e ali acreditamos que ocorrerá esse resultado por todos nós aguardado sem prejuízos à natureza mas, por outro lado, proporcionando desenvolvimento tão importante, especialmente em relação aos produtores da região, de forma a beneficiar toda uma sociedade. Aceite portanto, os nossos cumprimentos pelas ponderações que traz nesta oportunidade.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Recebo com agrado o apoio do Deputado Ezequias Losso, digno representante do Partido Liberal. Peço desculpas ao Deputado Domingos Scarpellini mas eu gostaria de apenas colocar que, em primeiro lugar, o plano de manejo elaborado em 1980 comete equívocos crassos. Iniciando pela delimitação da área, fala na página 8 e o seu plano de manejo diz o seguinte:

"O Parque Nacional do Iguaçu consta de uma área de cerca de 170 mil hectares de matas virgens". Ora um plano que não sabe definir nem, sequer, depois do avanço da tecnologia e da ciência em que podemos medir através do sistema aerofotogramétrico qualquer área de terra, que não sabe precisar a quantia de terras, em matas, que existe no Parque Nacional do Iguaçu é um plano que não merece respeito.

Em segundo lugar fala de área intangível. E na sua própria definição de área intangível, diz que é "aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação". Mas eu digo que ao definir onde existe a Estrada do Colono, como área que estava intacta, como área intangível é admitir a própria ignorância, é admitir que não conhece o Parque Nacional. É admitir que não conhece a realidade do Parque. Foi um plano feito em gabinete de ar refrigerado que não condiz com a realidade, além do mais está dentro da área, e os Deputados sobrevoaram e perceberam, clareiras deixadas pelos antigos vilarejos de Santo Alberto e São José. Uma fazenda de 484 hectares, inclusive, pertencente ao ex-interventor de Medianeira Luiz Bonato, que está lá e, felizmente, foram retirados. Entretanto esta área jamais tinha se definido como ecossistema vital de reprodução que lá já estava presente a força humana e o rastro do homem. A área inatingível é aquela que vai ser inundada se a Eletrosul concluir seu programa e aí os ecologistas não falam nada!

Por isso é preciso e estamos com Lu-

ciano Pizzato em rever esse plano profundamente para não cometer injustiça. Porque quer me parecer que foi um plano, arbitrariamente, colocado contra o Paraná, contra os colonos, contra o Oeste e o Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, para consignar na Ata com a interferência especial de Vossa Excelência, nossas condolências ao falecimento do Vereador-Professor Manoel Machado, da Câmara Municipal de Londrina, ocorrido na madrugada de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência se associa às manifestações de pesar e fará com que uma Comissão de Deputados se faça representar junto à família e no enterro do eminente Vereador.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez eu volto a focalizar o problema da educação neste país, mais uma vez o problema das mensalidades escolares, para dizer que ontem a Comissão de Defesa ao Consumidor, presidida pelo Deputado Paulo Furiatti que tem como Vice este Parlamentar, reuniu no Plenarinho da Assembléia, três importantes órgãos que tratam exatamente da fiscalização e da atuação com relação às mensalidades escolares.

Foi a primeira reunião desta nova Comissão de Defesa ao Consumidor que tem um papel muito importante e que se Deus quiser, fará este papel. Cumprirá este papel em defesa do consumidor curitibano, em defesa do consumidor paranaense. E o grande passo foi dado ontem, quando no contato preliminar para a elaboração de estudos conjuntos com a SUNAB através do Delegado, Dr. Adilson Amaro Alves; do CODEC, com o Professor Isaias Ogliari; com a DOC, Jornalista Arnaldo Alves Cruz e com o CEDEC da Promotoria da Justiça, com o Promotor Dr. Cleiton Camargo.

Pudemos sentir as dificuldades que têm esses órgãos para poder atuar, para poder fiscalizar, para tentar impedir este aumento extorsivo nas mensalidades escolares. E, na conversa que tivemos, tiramos uma posição, me parece no pensamento dos demais companheiros somente, uma posição política através do Governo do Estado é que se poderá fazer alguma coisa para se frear esse abuso nas mensalidades. Isto

porque hoje a SUNAB é um órgão praticamente falido, pois nem sequer tem motorista para poder movimentar sua estrutura. São sete veículos e apenas um motorista e, este motorista, lamentavelmente, no final de semana sofrer um acidente, hoje a SUNAB não tem motorista nem para conduzir o seu Delegado a alguma repartição.

E sentimos no depoimento prestado pelo Delegado Adilson Amaro Alves, Promotor de Justiça, um dos mais competentes deste Estado, que ele está amarrado, que está impossibilitado para poder agir neste assunto. Dizia ele que é subordinado ao seu superior, que é federal, e que não lhe dá abertura que possa fazer alguma coisa a nível de Paraná. E então chegou-se à seguinte conclusão: que esta Casa de Leis, que esta Assembléia Legislativa deverá, e tenho certeza que ainda dentro do horário desta sessão, o Deputado Paulo Furiatti deverá comparecer trazendo documento já elaborado que deverá ter a assinatura de todos os Parlamentares desta Casa, para que chegue ao Governador do Estado, e para que o Estado do Paraná evidentemente, baixe uma portaria, um projeto de lei, uma lei Estadual dando possibilidade para que a Sunab possa atuar neste campo, caso contrário a Sunab não poderá fazer nada porque o Delegado é subordinado a Brasília e parece que Brasília não tem muito interesse, parece-me que o "lobby" dos colégios, das escolas particulares já esteve lá há muito tempo preparando a situação. A CODEC também não pode atuar, a promotoria, através da CODEC, também não pode fazer muita coisa e, lamentavelmente, o Conselho Estadual de Educação, nomeado pelo Governo do Estado, alega que não tem poderes, que não tem condições para fazer nada com relação às mensalidades escolares. É uma situação difícil, nós estamos vendo aí uma evasão violenta de estudantes, e nos gabinetes dos Senhores Deputados isso é comprovado diariamente. Os pais em busca de bolsa de estudos, em busca de ajuda para os alunos não conseguem e a solução, às vezes, é nem trancar a matrícula porque nem para trancar a matrícula se tem dinheiro, quanto mais para pagar a mensalidade.

Então, é uma situação difícil e espero que esta Assembléia venha a tomar uma posição efetiva neste caso, e é uma posição política, segundo entendimento que tivemos ontem na Comissão de Defesa ao Consumidor. E, esta Comissão, quer bem representar esta Casa, mas para que isto aconteça ela precisa ter o respaldo dos 54 Parlamentares. Caso contrário a SUNAB não terá as mínimas condições para poder trabalhar.

Venho à tribuna também, Senhor Presidente para trazer a solidariedade do PDT; Partido Democrático Trabalhista, aos servidores do Município de Araucária que es-

tão passando dificuldades e alguns deles se encontram nesta Casa. Estão com seus salários atrasados, e também defasados em aproximadamente 75%. Lamentavelmente tentaram um diálogo com o Prefeito Rogério Kampa e este diálogo não aconteceu. Estava marcada para hoje uma assembleia na qual compareceria o Prefeito, mas o Prefeito aproveitou-se de um acontecimento lamentável que ocorreu ontem em Curitiba, o assassinato do Chefe da CIRETRAN de Araucária, e acabou decretando luto no município. Consequentemente furou a assembleia que estava marcada com os funcionários.

É uma situação difícil pela qual passam os funcionários. Temos exemplos terríveis aqui. Uma professora com vários anos de trabalho na Prefeitura de Araucária ganha um salário de 8 mil cruzados. Se colocar os descontos em cima, vai resultar em 6 mil cruzados. Um funcionário braçal, um servente braçal, ganha menos do que o salário-mínimo na Prefeitura do Município de Araucária.

É a situação difícil pela qual passam os funcionários da Prefeitura de Araucária e que o Partido Democrático Trabalhista traz a sua solidariedade e pede o empenho do Parlamentar desta Casa, do PMDB, que tem o mando político naquele município, que procure sensibilizar Sua Excelência, o Prefeito, no sentido de atender as reivindicações dos funcionários da prefeitura de Araucária.

Para completar, Senhor Presidente, venho também preocupado com o problema da segurança. Comenta-se que o Governador Alvaro Dias fará um acerto com os delegados de Polícia. Apenas os "xerifes", mas vai esquecer os demais funcionários, os demais servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Isto nos preocupa porque pode detonar uma greve branca em Curitiba a qualquer momento. Já existe quase que um clima de greve hoje e amanhã teremos uma série de assembleias envolvendo várias categorias da Secretaria de Estado da Segurança Pública, os escrivães, os detetives, os médicos legistas, os peritos criminais e todos eles preocupados. Se o Governador do Estado atender apenas aos Delegados, lamentavelmente a insegurança que já enfrentamos hoje nesta cidade aumentará em consequência dos movimentos de paralisação se não total pelo menos parcial de alguns órgãos da Secretaria de Segurança Pública.

É o apelo que fazemos também a Sua Excelência o Senhor Governador que se for atender os delegados, que atenda até o mais humilde servidor da Secretaria de Segurança Pública, sob pena de colocar esta cidade, este Estado, numa insegurança maior do que já está hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras companheiros Parlamentares.

Dois assuntos nos trazem à esta tribuna nesta sessão desta quarta-feira. O primeiro é a preocupação do PT, já manifestada aqui pelo PDT, com a situação dos servidores públicos municipais do Município de Araucária. Disse muito bem o Deputado Algaci Túlio quando afirmou em miúdos o que baseia as reivindicações o que motivaram a paralisação dos servidores públicos desde segunda-feira. Os servidores públicos que recebem menos que um salário-mínimo, nem sequer um piso nacional de salários trabalhando oito horas por dia. Servidores públicos que estão há muito tempo sem ver gatilho e sem ver URPs estão portanto, exigindo 75% de reposição para atualizar um pouco os valores reais de seus salários. Na cidade de Araucária, que todos nós sabemos, comporta um custo de vida igual a Curitiba, que é o mais caro do Brasil.

Certamente, o nosso apelo, o apelo do PT, o apelo do PDT, creio eu que será compreendido pelos demais Partidos que compõem esta Casa de Leis e há certamente requerimento tramitando nesta Mesa, pedindo que esta Casa de Leis se manifestasse, para que o Prefeito Municipal, pelo menos converse, dialogue com a representação dos servidores públicos da Educação e da Saúde do Município de Araucária ou que ele abra mão do que anunciou: de que Araucária é um dos melhores municípios do Brasil. Então por isso, ele não tem motivo nenhum para não conversar com os seus servidores e os servidores não têm motivo nenhum para reclamar.

Façamos este apelo, via requerimento, que já está na Mesa e que certamente será votado na sessão de hoje.

Outra preocupação que nos traz a esta tribuna é aquela trazida com muito brilhantismo, acrescida de contribuições ricas por outros Parlamentares, mas que foi trazida pelo nobre Deputado Germote Kirinus, que é a tão polêmica Estrada do Colono.

Certamente, eu não posso concordar com a afirmação do nobre Parlamentar de Toledo, Deputado Sabino Campos, quando afirmava que havia desinformação por parte do Deputado petista. Desinformação deve haver da parte do Deputado Sabino Campos. Eu não posso acreditar, de forma alguma, que o prestígio do Governador Alvaro Dias, a sua vontade, será que em momento nenhum, quando este mesmo Governador negociou apoio

aos cinco anos para José Sarney, será que ele não teria colocado na pauta dos interesses do Paraná um decreto, um simples decreto. Não que fosse encaminhada uma mensagem para o Congresso Nacional, revogando e alterando a Lei de Manejo dos Parques Nacionais, mas um decreto revogando a Lei de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, tornando simplesmente área tangível a área que é hoje declarada intangível, legalmente e que foi base para interdição da estrada do colono à base legal...

O Sr. Caio Quintana - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo.

O Sr. Caio Quintana - Deputado, eu gostaria que fosse agora. Vossa Excelência vai fugir do debate, exatamente, e está dizendo uma coisa totalmente infundada, querendo que o Governador Álvaro Dias, por decreto, mude o zoneamento do Parque Nacional do Iguaçu, que é controlado pelo IBDF. Quer dizer, esta Assembléia, Deputado, não merece ficar ouvindo absurdos desta natureza de um Parlamentar que por sinal é de Capanema...

O SR. PEDRO TONELLI - Absurdo é esta Estrada estar fechada ...

(Vozes paralelas)

O Sr. Caio Quintana - Decreto Governamental! Decreto Governamental do Paraná! Mudando a área de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, que é controlado pelo IBDF, que é um órgão federal! Quer dizer, isso é uma barbaridade ficar ouvindo. E Vossa Excelência o faz na intenção de acusar o Governador Álvaro Dias, como se ele não estivesse participando desta luta. Veja, nós, Deputados, neste momento, tanto eu quanto o Senhor e os Deputados do Oeste precisamos nos despir da camisa partidária e somarmos forças, independente de Partido, a uma causa da nossa região. Essa acusação ao Governo do Paraná em nada vai ajudar o seu Município de Capanema, porque Vossa Excelência está querendo colocar o Governador como se ele estivesse contra e que ele devesse por decreto - veja que barbaridade - por decreto mudar a lei ...

O SR. PEDRO TONELLI - O Presidente, por decreto, a pedido do Governador, que tem prestígio perante o Presidente.

O Sr. Caio Quintana - Mas que barbaridade. Senhor Deputado, isso mostra o seu desconhecimento da luta pela Estrada do Colono.

O SR. PEDRO TONELLI - A luta eu conheço.

O Sr. Caio Quintana - Mas então a informação de Vossa Excelência é um desconhecimento jurídico da questão.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria deixar registrado aqui como preocupação ...

O Domingos Scarpellini - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Em seguida eu lhe concedo.

Vou completar o seu raciocínio.

Eu não posso acreditar. O que está faltando então para que a Estrada do Colono seja reaberta?

O Sr. Caio Quintana - Ser julgado pela Justiça.

O SR. PEDRO TONELLI - E o que é que permite à Justiça manter a Estrada fechada? Uma lei injusta. Simplesmente isso. Os Juizes e o recurso que chegará ao Supremo, certamente, será julgado com base naquilo que está escrito, que já temos um parecer do Juiz Dr. Milton. Então nós não teremos dúvidas, porque se depender da lei atual, a estrada permanecerá fechada, o que é lamentável. O que é preciso, é tramitação política, esforço político e vontade política de todos. Do PT? Existe. É preciso todos para que denunciemos essa lei imoral, essa lei injusta que realmente desmoraliza e torna uma população prejudicada por tal ato abusivo, embora legal.

Portanto, este é o apelo do Partido dos Trabalhadores e que eu gostaria de chamar a atenção de todas as que fazem jus a um assento nesta Casa.

Concedo aparte ao Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Domingos Scarpellini - Ilustre Deputado, eu gostaria de poder colaborar, porque fui relator da Comissão de Ecologia e quem discutiu essa matéria, trouxe à Assembléia, alguns homens vividos nessa área.

Como o tempo é muito curto, eu já estou falando graças à benevolência da Presidência, eu não tenho condições de continuar no aparte. Gostaria de, se possível, na sequência, falar sobre esse assunto aqui na Assembléia.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço. Obrigado, Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)
Consulto a Liderança do PDS se usará

do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, está encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em Avulso, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n° 104/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 66/88), que altera o disposto no Artigo 1° da Lei Complementar n° 20, de 08 de maio de 1984, visando alterar o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, na forma que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 105/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 67/88), que dispõe sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 103/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 65/88), que objetiva alterar

a redação do § 1.° do Art. 77, da Lei n° 7297, de 08.01.80, com modificação introduzida pela Lei n° 7.878, de 04.07.84, conforme especifica. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 02/88, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que denomina rodovia PREFEITO CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, a estrada PR- 484, que liga Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida à Três Barras do Paraná. Aprovado. (Publ. no DA. n° 3, de 02.03.88.).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 285/87, de autoria do Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob n° 9.919, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Aprovado. (Publ. no DA. n° 119, de 21.10.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n° 49/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça (Ex-Projeto de Lei n° 133/87), que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Santa Tereza do Oeste. Aprovado. (Projeto de Resolução publ. no DA. n° 91/87, de 31.08.87, em 1. Discussão).

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 315/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina de "LÉO DE ALMEIDA NEVES", o Edifício Sede do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná- I.P.E. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.S., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 333/87, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CIANORTE, com sede e foro no Município de Cianorte, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 42/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor MATHIAS LEH. REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 952,

de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 961, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 962, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 968, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em votação.**

Essa Presidência solicita do nobre Deputado, se poderia apor a sua assinatura ao projeto de Vossa Excelência.

Essa Presidência se sente honrada em assinar, por tratar-se de pessoa, esposa de ex-Prefeito do Município, de Pérola do Oeste. **Aprovado.**

Requerimento de nº 969, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 951, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 956, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 970, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 953, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 958, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 964, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 954, de autoria do Senhor Edmar Luiz Costa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 955, de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 957, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimento de nº 963, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 967, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 972, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 971, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 973, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 960, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. **Em votação. Rejeitado.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência defere e irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Seis Senhores Deputados aprovam.

Doze Deputados rejeitam.

Não há quorum para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, com a seguinte...

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Apenas para justificar que a atitude do PMDB é a coerência nas votações constantes de que esta Assembléia Legislativa não interfira em assuntos de âmbito municipal que devam ser programados pelas Câmaras Municipais de Vereadores.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Somente para registrar os votos favoráveis nesse requerimento, dos Deputados Algaci Túlio, Ezequias Losso, João Arruda, Antônio Costenaro Neto e Paulino José Delazeri e do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência agradece a manifestação de Vossa Excelência, porém, é obrigação desta Presidência enumerar, e contar e anotar na Ata os votos e dispensa esta gentileza de Vossa Excelência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)-
Apenas para me parabenizar com Vossa
Excelência que exatamente minhas palavras
seriam neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Nada
mais havendo a tratar, declaro encer-
rada a presente sessão, marcando outra pa-

ra quinta-feira, dia 19, às 10:00 horas,
com a Ordem do Dia já anunciada anterior-
mente.

Marca ainda, uma Sessão Extraordiná-
ria, para logo após, com a Ordem do Dia
também anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.